

Angra já custou 15% da dívida

DEOLINDA SARAIVA
Da Sucursal

Rio — O Brasil tem 15 por cento de sua dívida externa enterrados em Angra dos Reis. Essa é a conta depois de 13 anos da aventura promovida a partir do governo Geisel e que pretendia dar autonomia ao País para a produção de energia nuclear, partindo de duas premissas que não se confirmaram: a energia nuclear complementaria a defasagem da energia hidrelétrica, cujo potencial, por seu turno, era subdimensionado em comparação à demanda de energia projetada na década de 70 para o final do século.

O resultado pode ser visto das belas colinas que acompanham o litoral de Angra. São cerca de US\$ 14,3 bilhões em equipamentos paralisados e enferrujados e US\$ 2,9 bilhões em dívidas do sistema Nuclebrás com bancos estrangeiros e os cofres da União, que nunca darão retorno à economia brasileira. Ainda que Angra I operasse hoje com 60 por cento de seu fator de utilização (capacidade média de operação desse tipo de usina em outros países), geraria em receita para Furnas algo em torno de US\$ 160 milhões por ano, quantia insuficiente para pagar sequer os juros devidos a bancos estrangeiros, atualmente em torno de US\$ 1 milhão por cada dia do ano.

A precariedade do programa nuclear brasileiro, amplamente discutida nos últimos oito anos (a partir do momento em que a censura à divulgação dos escândalos do acordo nuclear Brasil-Alemanha foi abrandada), ficou mais nítida com a queima do gerador principal de Angra I no final de junho, que deixou uma pendência judicial entre a Nuclebrás e a Westinghouse no foro de Nova Iorque por conta da "descoberta" feita pelas autoridades brasileiras de que o contrato com a empresa norte-americana não foi feito de forma a beneficiar o Brasil.

Como um gerador principal de uma usina nuclear não deve queimar fácil como uma lâmpada, descobriu-se que seu peso de 300 toneladas não era suportado pela ponte rolante da casa de força, construída para suportar o peso de 120 toneladas. Parece que a Westinghouse sabia dessa inadaptação e a sentença sobre o caso, concedendo ou não indenização à Nuclebrás, pode levar um par de anos. Angra I está, portanto, novamente fora do páreo, e com ela mais de US\$ 2,3 bilhões em investimentos e endividamento.

Angra II e III são resultados do acordo com a Alemanha, que previa inicialmente espalhar pelo País oito usinas nucleares em um programa que era estimado em US\$ 18 bilhões pelo ex-presidente da Nuclebrás, Paulo Nogueira Baptista; em US\$ 26 bilhões pelo ex-ministro César Cals (Minas e Energia; e em US\$ 40 bilhões por engenheiros nucleares e físicos em 1976, a partir da assinatura do acordo. Até agora, com a terceira usina colocada em compasso de espera pelo Governo Sarney e com 90 por cento do projeto de estrutura civil da Angra II concluídos, as duas usinas já consumiram exatos US\$ 4,8 bilhões, conforme dados divulgados por técnicos da Nuclebrás.

O custo desses dois com-

plexos nucleares variou ao longo dos últimos dez anos. Em 1976, o Governo divulgava que Angra I e II custariam ao País US\$ 2,4 bilhões. Em 1980, a previsão oficial mais que duplicou: US\$ 6,5 bilhões. Há dois anos, com a elevação das taxas de juros internacionais comprometendo os custos financeiros do projeto, o Governo Sarney estimava em US\$ 7,5 bilhões a despesa total, dos quais US\$ 4 bilhões seriam gastos somente com encargos financeiros. Hoje, além dos quase US\$ 5 bilhões já consumidos, seriam necessários pelo menos mais US\$ 3,5 bilhões para dar por concluída a execução do projeto, de acordo com previsões de técnicos da empresa.

No relatório de atividades do exercício de 1986 a diretoria da Nuclebrás reclama das restrições financeiras impostas pelo Governo ao empreendimento e das "consequências indesejáveis de aumentos de custo e aumento de riscos sobre sua qualidade", referindo-se especificamente à construção de Angra II. Ainda assim, o programa nuclear consumiu no ano passado US\$ 500 milhões, entre juros de empréstimos e financiamentos, gastos com prospecção e pesquisa de urânio e com o projeto Poços de Caldas, de produção de concentrado de urânio (yellow cake), que até hoje já absorveu US\$ 3 bilhões em investimentos e financiamento.

De todas as seis subsidiárias da Nuclebrás, a Nuclep é a que detém mais histórias e a de maior prejuízo. Criada por inspiração de Paulo Nogueira Baptista para produzir componentes pesados para centrais nucleares, a Nuclep consumiu, desde sua criação, cerca de US\$ 530 milhões, e nunca conseguiu fechar o ano com uma carteira de encomendas que a impedisse de entrar no vermelho. Em 1986, a Nuclebrás teve que injetar mais US\$ 35 milhões na empresa, que ainda assim não conseguiu diminuir um prejuízo de US\$ 8,5 milhões.

O folclore de escândalos da Nuclep se entrelaça com os mistérios que envolveram a costura do acordo nuclear Brasil-Alemanha. Paulo Nogueira Baptista, que hoje almeja ser embaixador brasileiro junto à ONU, nunca explicou os critérios que nortearam um acordo com um único fornecedor de equipamentos, que também seria o mesmo e privilegiado supridor de tecnologia. No entanto, o embaixador não conseguiu deixar sem explicações, pelo menos aparentes, a participação alemã na Nuclep.

As denúncias sobre a integralização do capital da Nuclep feita pela parceira alemã no projeto nuclear brasileiro, a KWU, surgiram em 1979. Segundo dados da época, a participação da KWU com 25 por cento do capital da Nuclep foi feita com equipamentos a preços superfaturados e que poderiam ser adquiridos no mercado nacional, com custos 40 por cento menores. Em 1982, já com o programa nuclear restrito às duas usinas, além de Angra I, a Nuclep importou por US\$ 30 milhões tubos de liga de aço ao titânio para os condensadores do que seria a Angra III.

Talvez na esperança de ressuscitar o resto do acor-

do, Paulo Nogueira Baptista permitiu, ainda, que a Nuclep construísse o vaso de pressão para a Angra III, importando, para isso, anéis de aço forjados semiacabados da Japan Steel. Hoje, como ilustrou um ex-dirigente da Nuclebrás, a Nuclep "está entalada" com um vaso de pressão de 300 toneladas e oito metros de altura que vale US\$ 40 milhões e que ninguém quer comprar. De dívidas por conta de tal vaso são US\$ 10 milhões. Os tubos de liga de aço, por sua vez, estão largados no canteiro de obras de Itaorna e Furnas procura compradores para vendê-los até por US\$ 20 milhões.

Uma outra questão levantada pelos especialistas é quanto ao custo do quilowatt nuclear instalado em relação ao hidrelétrico. O ex-presidente de Furnas, John Cotrim, durante depoimento na CPI sobre o acordo Brasil-Alemanha em 1981, estimava em US\$ 3,5 mil o custo do KW nuclear, quantia quase três vezes superior ao KW hidrelétrico (US\$ 1,2 mil) e bem acima da energia gerada pelo carvão (US\$ 2 mil o quilowatt).

O físico Enio Candotti, editor da revista Ciência Hoje, lembra que os dados sobre o potencial hidrelétrico brasileiro foram manipulados politicamente e subdimensionados para favorecer o andamento do acordo Brasil-Alemanha. Para ele, nunca foi feita uma avaliação correta sobre os riscos e benefícios do programa nuclear brasileiro. Candotti se esquia em opinar sobre que caminho deve o Governo seguir em relação à questão nuclear, mas exige uma definição: "Existe um cemitério de peças e não há qualquer manifestação oficial. O Governo tem que decidir se vende, devolve, joga fora ou acaba de construir. Mas tem que fazer alguma coisa".

Assim como Candotti, que não acredita em transferência de tecnologia ("tecnologia não se compra; é conquistada palmo a palmo"), o presidente do CNPq, Crodowaldo Pavan, responsabiliza a política de importação de tecnologia pelo atraso no desenvolvimento científico e tecnológico do País. Pavan identifica a liquidação de um vasto e promissor trabalho de pesquisa em diversas instituições, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Alguns especialistas da área nuclear tentam atualmente levantar o benefício que ainda se possa tirar caso Angra I e II entrem em operação. Já existe, porém, uma certeza: a receita obtida com a venda da energia nuclear de forma alguma compensará os US\$ 17,2 bilhões que as duas usinas irão consumir.

Angra I, com uma capacidade de geração de 620 MW, e operando com 60 por cento de seu fator de utilização (número de horas que funciona dividido pelo número de horas do ano), poderia gerar 3,3 bilhões de quilowatts por ano, segundo cálculos de um engenheiro nuclear. Levando-se esses dados a um especialista de empresa de energia elétrica, a estimativa é de que a venda a preços médios de consumo urbano possa deixar um saldo de receita em torno de US\$ 160 milhões anuais (já descontados os 50 por cento de lucro da distribuidora).